

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.153 - RJ (2018/0347451-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JAIME GARCIA DIAS
ADVOGADOS : ANTONIO CARDOSO DA SILVA NETO - DF026094
ADRIANO DE SOUZA PEREIRA NEVES E OUTRO(S) -
DF033867
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JAIME GARCIA DIAS contra acórdão proferido pela 1ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no julgamento do HC n. 00096999.2018.4.02.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi condenado à pena de 14 (catorze) anos e 8 (oito) meses de reclusão, no regime inicial fechado, mais pagamento de 356 (trezentos e cinquenta e seis) dias-multa, como incurso no artigo 333 do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, que foi indeferido liminarmente.

Contra tal decisão, foi interposto agravo regimental, que foi desprovido.

Sustentam os impetrantes que não haveria justa causa para a persecução criminal, uma vez que o réu foi acusado de corromper funcionário da Câmara dos Deputados até agora não identificado para adiar a inquirição de José Renato na CPI dos Bingos no Senado Federal.

Requerem o provimento da insurgência para que a sentença condenatória seja anulada quanto ao fato em tela, trancando-se a ação penal no ponto.

A liminar foi indeferida, nos termos da decisão de fls. 5060/5066.

O Ministério Público Federal, às fls. 5073/5074, manifestou-se pelo desprovimento do reclamo.

É o relatório.

Consoante consignado no aresto impugnado, a prolação de sentença condenatória torna prejudicado o exame da inépcia da denúncia e da falta de justa causa para a deflagração do processo.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ALEGAÇÃO PREJUDICADA PELA SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. (...) RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, verificou-se que, em 21/11/2017, foi proferida sentença nos autos da Ação Penal n. 0000762-32.2017.8.26.0483, que aqui se refere.

2. Com a superveniência de sentença penal condenatória, na qual, após a instrução processual e cognição exauriente, foi constatada a prática dos delitos pelo recorrente, fica prejudicada a análise da alegação de inépcia da denúncia.

(...)

6. *Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta extensão, desprovido.*

(RHC 88.997/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FALTA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. (...) HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO, JULGADO PREJUDICADO E, NO MAIS, DENEGADA A ORDEM.

(...)

2. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que ficou prejudicado pedido de trancamento da ação penal sob alegação de falta de justa causa para o prosseguimento do processo, após a prolação de sentença condenatória, reconhecendo a responsabilidade da réu.

(...)

5. Habeas corpus não conhecido quanto ao excesso de prazo, prejudicado na parte em que se pretende o trancamento da ação penal e denegado no que diz respeito à nulidade da interceptação telefônica.

(HC 465.102/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 19/11/2018)

Ademais, consoante consignado no aresto impugnado, contra o édito repressivo foi interposta apelação, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (e-STJ fl. 5012), o que revela que, ao manejar a presente insurgência concomitantemente com o aludido recurso, a defesa pretende a obtenção da mesma prestação jurisdicional em mais de uma via de impugnação, circunstância que caracteriza ofensa ao princípio da unirrecorribilidade das decisões judiciais.

Nesse norte:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO UNIPESSOAL. WRIT NÃO CONHECIDO. IMPETRAÇÃO CONCOMITANTE DE HABEAS CORPUS E INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO MANTIDOS. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL.

1. Não se presta o recurso ordinário em habeas corpus como sucedâneo de apelação. Inexiste ilegalidade em aresto que não conhece do pedido no que concerne a temas cujo exame é mais apropriado no seio de concomitante apelação.

2. A pretensão de simples reforma da decisão, por irresignação da Defesa com o resultado, não acarreta a modificação do decisum prolatado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no RHC 85.569/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 04/10/2017)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO. REVISÃO DE DOSIMETRIA NA PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE RECURSO DE APELAÇÃO. ANÁLISE PREMATURA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Mostra-se prematura a revisão da dosimetria da pena e do regime prisional na via do habeas corpus, na pendência de recurso próprio, de apelação, na medida em que a análise das aludidas alegações demanda exame do material cognitivo a ser ainda realizada pelas instâncias ordinárias, devendo ser mantida a decisão agravada por seus fundamentos. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 389.014/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 16/08/2017)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “b”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator